





SUMÁRIO

① TRIBUNAIS SUPERIORES

② CONSELHOS NACIONAIS

③ NOTÍCIAS

④ INFORMATIVOS

EQUIPE

Dr. Luiz Fernando Rossi Pipino – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

Dr. Rodrigo Ribeiro Domingues – Promotor de Justiça e Coordenador Adjunto do CAO Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

Natacha de Souza Ayes – Assistente Ministerial

Patrycia Metelo Vecchiato – Auxiliar Ministerial

Luciano Luiz Barroso Ferreira Junior - Residente Jurídico



Supremo Tribunal Federal

- Supremo entende que autorização da vítima para processo por estelionato dispensa formalidades.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STF entende que acordos que visam reduzir sanções penais são cabíveis na Justiça Militar.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Jurista defende aprimoramento de precedentes em matéria penal.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STF suspende resolução do CFM que dificulta aborto em gestação decorrente de estupro.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STF entende que uso de algemas em menor de idade depende de regulamentação para evitar abusos.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STF mantém condenação de ex-policia militar por tráfico internacional de drogas.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STF decide que polícia não pode exigir que MP antecipe providências em casos envolvendo crianças e adolescentes.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STF: 1º turma derruba HC do STJ e valida entrada da polícia em casa após fuga.
[Clique aqui para ter acesso.](#)



Superior Tribunal de Justiça

- Sexta Turma afasta nulidade de provas obtidas pela polícia em busca pessoal.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Sexta Turma reafirma que consentimento da vítima é irrelevante e mantém condenação por estupro de vulnerável.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- MPMS realiza sustentação oral no STJ contra a redução da pena-base abaixo do mínimo legal.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- STJ alinha com STF posição sobre crimes impeditivos do indulto natalino de 2022.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Reconhecimento criminal exige que suspeito seja posto ao lado de pessoas parecidas.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Quinta Turma concede regime domiciliar para presa cuidar das filhas durante calamidade no RS
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Pesquisa no STJ mostra ainda resistências à jurisprudência sobre reconhecimento de pessoas.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- A responsabilidade penal das pessoas jurídicas segundo o STJ.
[Clique aqui para ter acesso.](#)

2 - CONSELHOS NACIONAIS



Conselho Nacional do Ministério Público

- Presidente do CNMP destaca criação da Ouvidoria de Combate à Violência Policial.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Conscientização da população é etapa importante no combate à cibercriminalidade, dizem especialistas da 18ª edição do projeto Segurança Pública em Foco.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Recomendação sobre prevenção e enfrentamento da tortura e de maus-tratos em estabelecimento de privação de liberdade é aprovada pelo CNMP.

[Clique aqui para ter acesso.](#)



2 - CONSELHOS NACIONAIS



Conselho Nacional de Justiça

- CNJ aprova diretrizes para implementação do juiz das garantias.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- CNJ aprova resolução com diretrizes para destinação de valores e bens de pena de multa.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Entra em vigor provimento da Corregedoria Nacional que qualifica comunicações ao Coaf.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Relações raciais nos serviços penais são tema de nova publicação do CNJ.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Encontro discute proteção social e saúde mental nas audiências de custódia.
[Clique aqui para ter acesso.](#)





3 - NOTÍCIAS

- MPMG inicia testes de ferramenta tecnológica que agiliza elaboração de denúncias criminais.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- MP do Ceará fará palestra sobre atuação do órgão ministerial e controle da investigação criminal.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Acolhendo pedido do MPMGO em reclamação, STF cassa decisão da 4ª Câmara Criminal do TJGO, reafirmando a vigência da pena do crime de estupro.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Aprovado projeto que torna hediondo homicídio de agentes da Justiça
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- MPTO defende no STJ manutenção de súmula que trata da pena mínima.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Reunião interinstitucional apresenta medidas em andamento para redução da letalidade policial.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Promotoria de Controle Externo do MPAL vai ao Piauí em busca de aprimoramento para o MP de Alagoas.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- Cadicrim lança publicação sobre a Turma Especial Criminal.
[Clique aqui para ter acesso.](#)
- MPMGO consegue condenação de policial militar que matou refém em Senador Canedo e buscará aumento de pena e perda do cargo.
[Clique aqui para ter acesso.](#)



3 - NOTÍCIAS

- Ouvidoria Nacional do MP reúne segurança pública do Amapá para tratar do combate à violência policial.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- MPF abre procedimento para analisar pedido de atuação feito por familiares de vítimas de violência policial.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Legítima decisão que autorizou quebra do sigilo telemático das conversas privadas já armazenadas.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Comissão debate impactos de criminalizar porte de droga no acesso a medicamentos à base de canabidiol.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Após ação do MPF e da Defensoria, governo de SP é obrigado a criar mecanismo de combate e prevenção à tortura.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Termos de cooperação são assinados entre MP do Ceará e órgãos de segurança para facilitar comunicação de investigações criminais.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Poder Judiciário participa da abertura do 1º Encontro Mato-grossense de Combate ao Crime Organizado.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

- Acordos de Não Persecução Penal geram mais de R\$ 1 milhão de reais em reparação de danos.

[Clique aqui para ter acesso.](#)

4 - INFORMATIVOS



Supremo Tribunal Federal

Informativo STF Edição 1135 - 13/05/2024

TEMA:

“Poder investigatório do Ministério Público: alcance, parâmetros e limites - ADI 2.943/DF, ADI 3.309/DF e ADI 3.318/MG”

RESUMO:

A polícia judiciária não possui exclusividade na condução de investigações, de modo que é legítima a investigação criminal promovida pelo Ministério Público, o qual, em atribuição concorrente, deve dispor de todos os instrumentos indispensáveis para a efetivação da denúncia, incluindo-se a capacidade de coletar provas que embasem a acusação. Além de outras exigências específicas ora fixadas pelo Supremo Tribunal Federal, o Procedimento Investigatório Criminal (PIC) sempre deve assegurar os direitos e garantias fundamentais dos investigados, as prerrogativas dos advogados e as reservas constitucionais de jurisdição.

ADI 2.943/DF, relator Ministro Edson Fachin, julgamento
finalizado em 02.05.2024

ADI 3.309/DF, relator Ministro Edson Fachin, julgamento
finalizado em 02.05.2024

ADI 3.318/MG, relator Ministro Edson Fachin, julgamento
finalizado em 02.05.2024

Acesse o informativo completo [clikando aqui.](#)

4 - INFORMATIVOS



Supremo Tribunal Federal

Informativo STF Edição 1137 - 24/05/2024

TEMA:

“Ação cautelar de antecipação de provas: requisição, pela autoridade policial ao Ministério Público, nas causas envolvendo violência contra criança e adolescente - ADI 7.192/DF”

RESUMO:

Em caso de notícia de violência contra vítimas menores de idade, a autoridade policial pode requerer, sem caráter vinculativo, a propositura de ação cautelar de antecipação de provas ao Ministério Público, cujo membro avaliará a pertinência da atuação dentro dos limites de sua independência funcional e respeitados os deveres que lhe são inerentes.

ADI 7.192/DF, relator Ministro Luiz Fux, julgamento virtual finalizado em 17.05.2024 (sexta-feira), às 23:59

Acesse o informativo completo [clikando aqui.](#)

4 - INFORMATIVOS



Supremo Tribunal Federal

Informativo STF Edição 1137 - 24/05/2024

TEMA:

“Destinação dos recursos provenientes de transação penal e suspensão condicional - ADI 5.388/DF”

RESUMO:

São constitucionais as normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) que versam sobre a destinação dos recursos provenientes de prestação pecuniária fixada em substituição à prisão ou como condição para a suspensão condicional do processo ou para a transação penal.

ADI 5.388/DF, relator Ministro Marco Aurélio, redator do acórdão Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 17.05.2024 (sexta-feira), às 23:59

Acesse o informativo completo [clikando aqui](#).

4 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

Informativo STJ Edição nº 811 - 14/04/2024

TEMA:

“Busca e apreensão que atinge domicílio de terceiro. Ilegalidade. Violação ao art. 243 do CPP.”

RESUMO:

O mandado de busca e apreensão deve apontar, de maneira clara, a pessoa e o local onde a diligência ocorrerá, não podendo surpreender terceiros em violação de seus domicílios.

Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 7/5/2024, DJe 10/5/2024.

Acesse o informativo completo [clikando aqui](#).

4 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

Informativo STJ Edição nº 811 - 14/04/2024

TEMA:

“Apreensão de celular. Extração de dados. Captura de telas. Quebra da cadeia de custódia. Inadmissibilidade da prova digital.”

RESUMO:

A falta de procedimentos para garantir a idoneidade e integridade dos dados extraídos de um celular apreendido resulta na quebra da cadeia de custódia e na inadmissibilidade da prova digital.

AgRg no HC 828.054-RN, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 23/4/2024, DJe 29/4/2024.

Acesse o informativo completo [clikando aqui](#).

4 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

Informativo STJ Edição nº 812 - 21/05/2024

TEMA:

“Estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul. Prisão domiciliar. Tráfico de Drogas. Crime sem violência. Mãe de criança menor de 12 anos. Possibilidade. Diretrizes do CNJ. Pedido de extensão a todas as presas do Estado. Avaliação individualizada. Necessidade.”

RESUMO:

Em situações de desastres públicos, a flexibilização das prisões, mediante avaliação individualizada da segregação cautelar, pode ser justificada por motivos humanitários ou por questões práticas e operacionais relativas à crise e aos órgãos responsáveis pelo gerenciamento das ações estatais.

RHC 191.995-RS, Rel. Ministra Daniela Teixeira, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 14/5/2024.

Acesse o informativo completo [clikando aqui.](#)

4 - INFORMATIVOS



Superior Tribunal de Justiça

Informativo STJ Edição nº 812 - 21/05/2024

RAMO DO DIREITO: PENAL

RESUMO:

A Terceira Seção acolheu a proposta de afetação do REsp n. 2.076.432-DF ao rito dos recursos repetitivos, a fim de uniformizar o entendimento a respeito da seguinte controvérsia: "definição da natureza do crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003 como de mera conduta e de perigo abstrato".

ProAfR no REsp 2.076.432-DF, Rel. Ministro Messod Azulay Neto, Terceira Seção, julgado em 23/4/2024, DJe 15/5/2024. (Tema 1256).

Acesse o informativo completo [clikando aqui.](#)



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO